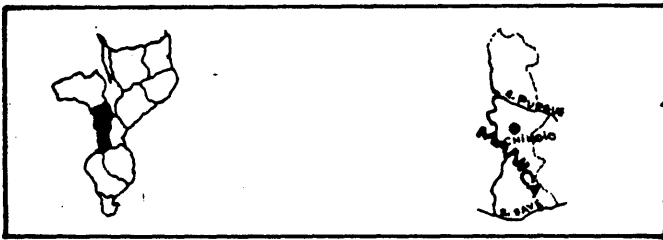


Manica

Acção dos bandidos está substancialmente reduzida

● Governador Manuel António aborda a situação militar, política e económica da Província



Entrevista conduzida por Fernando Gonçalves
Fotos de Anders Nilsson
EXCLUSIVO TEMPO/AIM



Dois jornalistas da Agência de Informação de Moçambique (AIM), Fernando Gonçalves e Anders Nilsson, estiveram recentemente em visita de trabalho, à Província de Manica.

Durante a visita, os jornalistas foram recebidos pelo Primeiro-Secretário do Partido Frelimo e Governador daquela província, Coronel Manuel António, tendo do encontro resultado a entrevista que a seguir publicamos e de que os entretítulos são da nossa responsabilidade.

Pergunta — Excelência, como pode caracterizar a actual situação na província, do ponto de vista político, sócio-económico e militar?

Resposta — A situação política da Província de Manica, é caracterizada pelo engajamento da população em geral e dos trabalhadores em particular, no cumpri-

mento das decisões do histórico IV Congresso do Partido Frelimo: combate à fome, combate aos bandos armados e ao subdesenvolvimento no nosso País.

As populações desta província acataram de forma decisiva e dedicada as decisões do IV Congresso.

No combate à fome, foram aproveitadas todas as zonas baixas para a produção de culturas que resistem à seca, tais como a mandioca, mapira, nhome, milho e outras. E se nós fizermos uma comparação entre as campanhas agrícolas de 1982/83 e 1983/84,

notamos que a última foi a que mais se evidenciou no desenvolvimento económico da província.

Enquanto que em 1982/83, todos os sectores — estatal, cooperativo, privado e familiar — não produziram mais do que 4,700 toneladas, este ano conseguimos produzir 6,500 toneladas de milho, isto sem contar com a produção do sector familiar, cuja comercialização ainda se encontra a decorrer. Contudo, estas cifras não satisfazem as nossas necessidades, mas quero apenas destacar o enorme engajamento da população e dos trabalhadores na frente da produção.

P. — E dentro de todo este processo com o que se manifesta o engajamento e a dedicação da população e dos trabalhadores, no cumprimento das decisões do IV Congresso, e das Forças Armadas na luta contra o banditismo armado?

R. — Notamos um grande engajamento e dedicação da população na ligação estreita com as nossas Forças de Defesa e Segurança. Todos os agentes dos bandidos armados, que têm sido detectados nesta província, são-no através da população. Ao nível dos bairros, a maioria da população está engajada nos Grupos de Vigilância, enquanto que os trabalhadores estão todos engajados nas forças milicianas de autodefesa.

No combate aos bandidos armados, gostaria de dar uma pequena história sobre os mesmos nesta província. O fenómeno dos bandidos armados aqui começou a fazer-se sentir mais no ano de 1978, nos distritos de Mussurize e Sussundenga, nas localidades de Dombe, Mutanda, Tsetsera e Chinete.

Com a destruição da base geral dos bandidos em Mussurize, em 1980, estes, primeiro, dispersaram-se e finalmente reagruparam-se. Em Novembro de 1981 e em princípios de 1982, os bandidos subiram para o norte, e começaram a atacar os distritos de Bárue, Guro e Tambara. 1982 foi o ano em que iniciámos a construção da serração de Messica, tendo os bandidos se fixado na zona do Mavonde.

Fixaram-se em Mavonde porque



Elementos das forças locais da localidade de Gondola, em Manica.

primeiro queriam privar o início dos trabalhos da extracção de ferro naquela zona, e em segundo lugar, bloquear as vias rodoviárias que ligam as cidades de Chimoio e Tete. O terceiro objectivo era o de obstruir a construção da serração de Messica.

Nessa altura, quem fazia acções militares em toda a província eram as forças da 3.ª Brigada. Com a criação dos Comandos Militares Provinciais em 1982, a situação mudou. Chegado aqui o Comandante Militar Provincial, a sua primeira tarefa foi a de treinar as forças locais, e reorganizar as forças milicianas.

COLOCAR OS BANDIDOS NA DEFENSIVA

P. — Há cerca de dois anos, foi introduzido aqui o conceito de forças locais, que V. Excelência acaba de referir, cujo papel pode até certo ponto ser confundido com o das milícias populares. Como se pode distinguir a função de cada uma destas organizações?

R. — As forças de milícias foi definido o papel exclusivo de efectivamente defender os objectivos económicos, enquanto que as forças locais tornaram-se na força principal de choque, para destruir os acampamentos dos bandidos armados. Foram estas medidas que em conjunto com o treino da população para a autodefesa, co-

meçaram a trazer melhorias à situação militar desta província.

Após tudo isto, os bandidos começaram a ficar confinados nos seus acampamentos. Não podemos dizer que foram destruídos completamente, isso não é verdade, mas os seus movimentos anteriores foram substancialmente reduzidos. Agora a população pode deslocar-se comodamente a Sussundenga, Macate, Chimoio e a outros locais.

Contudo, persistem dificuldades de trânsito nalgumas zonas, porque os bandidos desmantelados por exemplo em Guro e Bárue, andam por aí dispersos e têm feito algumas emboscadas.

DESMANTELADA MAIORIA DOS ACAMPAMENTOS DOS BANDIDOS

De uma maneira geral pode-se afirmar que as forças armadas aqui tiveram um papel positivo, porque a maioria dos acampamentos que os bandidos haviam criado na província foram já desmantelados e os bandidos andam por aí dispersos. Eles têm que fazer acções porque não podem deixar de as fazer, não podem deixar de cumprir as orientações dos seus patrões, mas são acções tipicamente de um ladrão que vai roubar à noite e às escondidas, não têm a mesma intensidade que em 1980 e 1981. Nessa altura, eles

atacavam os seus alvos de dia, hoje fazem-no nas horas mortas.

E a compreensão da população é maior, porque neste momento encontramos que nos bairros e aldeias comunais a população está engajada, percebendo melhor quem é o inimigo. Sentimo-nos mais livres, neste momento, do que outrora. Naquela altura eu recebia diariamente entre três a cinco informações sobre acções dos bandidos armados. Ultimamente recebo de duas a três vezes por mês. Isso significa que a acção dos bandidos, que entraram de forma muito furiosa nesta província, agora está a abrandar. E porque é que tivemos esta acção muito forte dos bandidos aqui?

Porque a 88 quilómetros daqui, tínhamos até 1980, altura da independência do Zimbabwe, uma fronteira em que o regime que aí estava realmente tinha que abrigar os nossos inimigos, que lá se consolidaram porque lhes davam todas as facilidades de actuação. Com a independência do Zimbabwe, os bandidos que até aí recebiam apoio da Rodésia, transferiram-se para a África do Sul, tendo sido esta que se encarregou de desempenhar o papel de transportadora desses elementos para o nosso território.

Devido à acção dos bandidos, a maioria das populações retirou-se das zonas produtivas para as zonas seguras, onde não podem produzir correctamente mas têm que lá estar devido a questões de segurança, reduzindo assim as nossas possibilidades de produzir muito mais.

A actuação dos bandidos também influenciou bastante na actual reduzida frota de transportes (de carga e de passageiros), pois perdemos muitos autocarros, muitos camiões. Há muitos distribuidores que ficaram sem camiões.

Temos hoje armazenistas que não conseguem abastecer os distritos por falta de transporte, e há populações que já não conseguem ir para certas zonas porque o transporte colectivo já não existe.

FALTAM MATÉRIAS-PRIMAS E SOBRESSALENTES

P. — Apesar de não ser em tão larga escala, a Província de Manica tem certas indústrias que têm um papel importante no desenvolvimento industrial global do País, são os casos da Textáfria, FAMA, EMMA, IFLOMA e outras. Qual é a situação dessas indústrias no momento actual?

R. — No que se refere ao desenvolvimento industrial, as poucas fábricas que temos aqui na província têm encarado grandes dificuldades em matérias-primas

e peças sobressalentes. Elas trabalham entre 45 e 50 por cento abaixo das suas capacidades. A Textáfria, por exemplo, que tem uma meta global de 13 500 000 metros quadrados, consegue atingi-la apenas em 56 por cento.

Temos aqui uma fábrica de óleo, que também enfrenta dificuldades de matérias-primas, e como a campanha do girassol não foi boa, então temos que arranjar matéria-prima vinda de outras províncias. A fábrica precisa de 2500 toneladas de girassol por ano e nós não conseguimos abastecê-la. Estamos a fazer uma luta para ultrapassar estas dificuldades.

P. — Um dos graves problemas para o desenvolvimento do País, é o alto índice de analfabetismo que se verifica. Que acções são realizadas aqui no campo da alfabetização?

Criança tomando papinha reforçada, no centro nutricional de Machaze



R. — A luta contra o analfabetismo está sendo desenvolvida nesta província. A alfabetização em todas as empresas e fábricas decorre de forma satisfatória, mas temos dificuldades no campo, devido à incompatibilidade entre os períodos da campanha agrícola e de alfabetização. Há ainda certos a fazer sobre este assunto, e estamos a estudar com os camponeses as formas correctas de resolver o problema.

POPULAÇÃO DETECTA «MUDJIBAS»

P. — Na sua acção, especialmente aqui na Província de Manica, os bandidos armados contam muito com o apoio dos «mudjibas» (colaboradores), que muitos dizem ser elementos que se infiltram no seio da população e pretendem ser camponeses. Poderá V. Excelência dar uma explicação clara sobre o aparecimento e papel dos «mudjibas»?

R. — «Mudjibas» são agentes dos bandidos armados, são elementos reconhecedores dos bandidos. Eles entram no seio da população, nas fábricas, empresas, e exploram a situação e depois informam-no aos seus chefes que são os bandidos armados. Estes, com base nas informações recebidas dos «mudjibas», preparam ataques contra fábricas, empresas e aldeias.

Para fazermos face à actuação dos «mudjibas», tivemos uma reunião entre o Partido e as Forças de Defesa e Segurança e analisámos a situação. Vimos que durante a Luta Armada de Libertação Nacional nós tínhamos reconhecedores que se encarregavam de reconhecer os postos inimigos, informando depois às Forças Populares de Libertação, para que estas preparassem os seus ataques aos postos inimigos. Hoje não podemos utilizar a mesma estrutura, ou seja, o reconhecedor das Forças Armadas de Moçambique para reconhecer o acampamento dos bandidos. Não é possível. Se fizermos isso estamos a errar, porque o nosso elemento reconhecedor está fardado, tem a sua maneira de ser, tem as suas características que podem ser detectadas

imediatamente pelos bandidos. Tomando isto em consideração, decidimos que a acção deve ser entregue à população. Portanto, qualquer movimento dos «mudjibas», quer na fábrica, quer na aldeia ou bairro, é detectado no acto, porque a população já está informada das técnicas de detecção dos movimentos dos bandidos e seus «mudjibas».

Digo francamente, que em todos os bairros aqui da periferia, a população detecta em cada dia, momento ou circunstância, a presença de qualquer «mudjiba». Este não tem qualquer possibilidade de penetrar na cidade.

P. — Para além do facto de Manica ter sido uma província fronteiriça com um país até 1980, hostil a Moçambique, que criou e desenvolveu os bandidos armados, haverá um outro motivo que tenha contribuído para o alastramento dos bandidos mais aqui em Manica, do que em qualquer outro ponto do país?

R. — O motivo essencial que eu posso destacar, é porque quando nós tínhamos aqui um vizinho hostil os elementos que ele escolheu foram na sua maioria elementos desta zona, que sabia que a conheciam melhor. Na táctica rodesiana, o inimigo nunca atacou aquelas regiões fronteiriças. Atacava áreas muito distantes da fronteira: saía de lá para vir atacar aqui em Chimoio, ia atacar Gondola e Beira. Nunca atacava ali porque se o fizesse destruiria os seus informadores e então ficava privado das informações que pretendia. Na zona fronteiriça o inimigo conseguiu conquistar alguns elementos: familiares de bandidos armados que davam informações aos seus familiares que realmente eram os bandidos armados. Isto facilitou o inimigo para que se concentrasse e se preparasse mais aqui.

Embora durante os ataques rodesianos o argumento fosse de que eles atacavam as bases dos combatentes das ZANLA, eles deixavam tais bases que se encontravam no mato e iam atacar lu-



«Duas semanas após a assinatura do Acordo de Nkomati, verificou-se um afluxo da população que se retirou da zona onde estavam os bandidos para as nossas zonas» — Governador Manuel António

gares distantes. Eles utilizaram pessoas desta área, que percebem a língua local, para facilitar o recrutamento dos traidores.

DAR COMIDA E INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO AS VÍTIMAS DA SECA

P. — Algumas zonas estão gravemente afectadas pela seca — Machaze e Mungári, são exemplos — e uma vez que a situação de segurança militar melhorou bastante nessas áreas, que acções estará a tomar o governo provincial com vista ao apoio das populações dessas regiões, digamos em termos de vestuário, alimentação e até mesmo no relançamento da rede de comercialização, duramente afectada pela acção dos bandidos?

R. — Neste momento a acção do governo provincial, primeiro, é de dar comida às pessoas, depois dar-lhes instrumentos de produção agrícola, para eles poderem trabalhar. Temos aqui de salientar a acção da Cruz Vermelha nesta província, que beneficiou bastante a localidade de Machaze, porque aquela localidade

estava duramente afectada pela fome.

O governo tem comida suficiente para abastecer aquela população, mas devido à grande distância entre Chimoio e Machaze, a reduzida frota de transportes de carga e às dificuldades do próprio processo da marcha até lá, a acção do governo enfrenta muitos obstáculos. Mas com o apoio efectivo da Cruz Vermelha, aquela população tem hoje minimamente resolvidos os seus problemas. Já têm alimentação, alguns instrumentos de produção agrícola e sementes, mas ainda resta um problema que é preciso ser resolvido pelo governo — a questão da água. Tradicionalmente a que a zona é seca e sempre dependeu

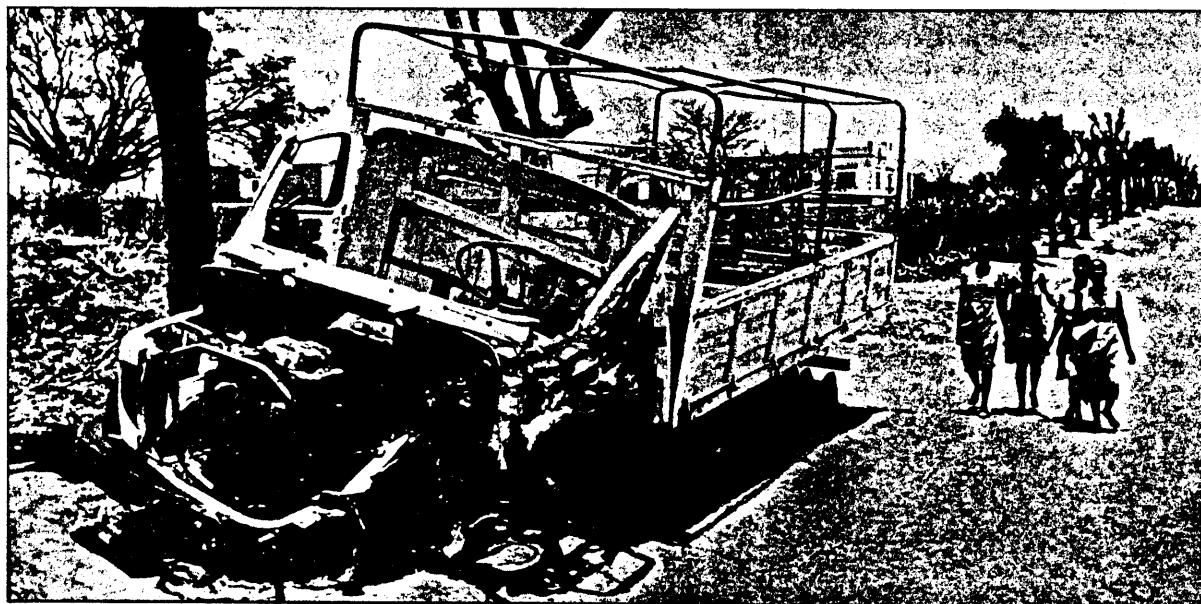
tar das Forças Armadas de Moçambique permitiu a eliminação dos bandidos daquela zona, haverá qualquer contacto com o governo sueco no sentido de fazer que os técnicos suecos regressem àquela fábrica?

R. — Neste momento estão lá os checoslovacos. Os suecos retiraram-se em 1982, não porque a situação estivesse péssima, mas porque estavam a ouvir muita informação estrangeira. E a informação estrangeira era de ameaçar para que os cooperantes se retirassem de lá, de modo a não permitir que construíssem aquela serração. O inimigo queria atingir os seus objectivos, mas não os conseguiu porque em Junho de 1981 começámos o trabalho lá e

zo definido. Aquele empreendimento faz parte das Directivas Económicas e Sociais do III Congresso bem cumpridas a tempo e horas.

Neste momento estão lá os checoslovacos, os suecos retiraram-se uma vez para sempre, não voltarão. O que está previsto é que eles vão apoiar o projecto de Messica em peças sobressalentes, durante um período de três anos.

O inimigo nem sequer um dia atacou Messica, não podia fazê-lo porque toda a nossa força e toda a nossa preocupação estavam lá. E não podíamos permitir que fosse sabotado. Consolidámos a nossa posição com a criação do Comando Militar Provincial, pois a partir dessa altura foi reforça-



Camião de distribuição comercial, destruído por uma mina, perto de Mungári

de furos de captação de água e neste momento estamos à procura de bombas e da recuperação de algumas bombas que lá estão.

Para que as populações tenham áreas e possam cultivá-las é preciso que a defesa faça um trabalho exaustivo de limpar a zona, e é o que está sendo feito agora. Temos também o Departamento das Calamidades Naturais que está também a apoiar em termos de roupa, alimentação, etc.

DEFENDER MESSICA

P. — Em 1982, o governo sueco retirou os seus técnicos que trabalhavam na serração de Messica, alegando insegurança militar da zona. Uma vez que a acção mili-

em 1982 foi quando a edificação da serração se desenvolveu com mais força e então o inimigo para impedir isso, desdobrou a sua base que estava em Mpandeia, em direcção ao norte do distrito de Manica, que é Mavonde, lá em Hondo, para privar a construção de Messica, o trânsito de Chimoio a Tete, e a extracção de ferro. Então o inimigo fazia a sua propaganda ameaçando os cooperantes que estavam no nosso país. Ouvindo isso os suecos pensavam: «hoje, amanhã ou depois, seremos atacados», e por isso se retiraram. Mas fizeram-no depois de terem realizado grande parte do trabalho. Houve um aceleração dos trabalhos, o que se reflectiu na conclusão das obras antes do pra-

da a segurança à sua volta, e o inimigo não pôde atacar. Entretanto, os bandidos fizeram muitas tentativas para conseguir atacar Messica e não conseguiram, estou certo de que jamais o conseguirão.

DESENVOLVER COMÉRCIO DE FRONTEIRA

P. — Uma outra questão relacionada com o facto de Manica partilhar uma linha de fronteira com o vizinho Zimbabwe. Coisa inevitável em qualquer fronteira comum internacional, é que as populações dos dois lados tendem sempre a trocar produtos, mesmo que isso implique o que podemos chamar de comércio «ilegal», o que julgo estar a acontecer em

relação às populações de Manica e Manicaland. Haverá qualquer tipo de negociações no sentido de se estabelecer uma zona comercial naquela área fronteiriça?

R. — Correcto! Isso é verdade, estamos a implementar as orientações do Camarada Presidente Samora no encerramento da FACIM-84, em que ele disse que as províncias que fazem fronteira com certos países, poderiam resolver minimamente as suas preocupações, e não esperar pelas estruturas centrais. Nesta província nós fizemos diligências muitas vezes. Primeiro convidámos as estruturas de Manicaland a visitarem-nos a fim de discutirmos os problemas não só relacionados com o comércio, mas também em tanto que vizinhos, no sentido de apoiar as populações que vivem junto às duas fronteiras.

Porque, por exemplo, aquelas pessoas que estão em Machipanda têm os seus familiares do outro lado da fronteira, e acontece o mesmo em relação aos zimbabueanos. É necessário portanto legalizar essa situação, estamos a percorrer as vias necessárias nesse sentido.

Fizemos diligências, mandámos notas. Primeiro enviámos uma delegação nossa para lá a fim de procurar negócios, possibilidades de contactos. Disseram-nos que era preciso que o governo provincial de Manica fizesse uma informação à Embaixada de Moçambique no Zimbabwe, para que esta contactasse o Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país a fim de autorizar o governo de Manicaland a prosseguir tais contactos. E de facto, nós fizemos isso mas até aqui não temos resposta exacta. Estamos a encontrar dificuldades por parte dos nossos companheiros, dificuldades que não sabemos donde é que vêm.

Realmente temos perdido todos os anos grandes quantidades de produtos que não podemos consumir. Por exemplo, agora aproxima-se a época de «lixies». Temos tido grandes quantidades de «lixies» que é impossível para nós consumi-las todas. Seria muito bom se pudéssemos vendê-las e conseguirmos o dinheiro com que possamos comprar peças sobres-

salentes para as nossas viaturas, tractores, fábricas, etc. Mas não temos conseguido.

Também temos grandes quantidades de citrinos que muitas vezes apodrecem. Já cá vieram alguns homens de negócios que vieram a nossa fruta, ficaram impressionados mas o resultado ainda não está atingido. Contudo, não desistiremos, trabalharemos até obtermos uma informação clara sobre este assunto.

Mas não é apenas no aspecto comercial que queremos colaborar. É necessário também organizar entre as nossas populações, para permitir que haja um trânsito rápido e legal que facilitará às pessoas da fronteira visitarem até uma distância limitada, seus familiares que se encontram, quer do lado de lá, quer do lado de cá. Temos igualmente muita população que fugiu para o Zimbabwe na altura dos bombardeamentos de Smith, e que pretendemos trazer para cá. Agora na zona de Mossurize, já temos mais de 3500 pessoas que regressaram e que estão habitadas em aldeias comunais. Elas edificaram boas aldeias comunais, que são até as melhores organizadas e protegidas. Em 1981 em Mossurize tudo estava confinado, só se podia movimentar nos limites de 1500 metros mas hoje já podemos andar 50 a 70 quilómetros.

P. — Agora uma pergunta relacionada com as conversações entre Moçambique e a África do Sul. Ter-se-á verificado em Manica qualquer reacção dos bandidos após a assinatura do Acordo de Nkomati, a Declaração de Pretória, de 3 de Outubro, e se ainda se verifica qualquer abastecimento exterior em termos de material para os bandidos armados?

POPULAÇÕES REGRESSARAM DEPOIS DE NKOMATI

R. — Duas semanas após a assinatura do Acordo de Nkomati, verificou-se um afluxo da população que se retirou da zona onde estavam os bandidos para as nossas zonas. Mais tarde, com a formação da rádio, começaram a aparecer também alguns homens que diziam que não estavam a lu-

tar, mas que só viviam com os bandidos. Começaram a aparecer em grupos de quatro, cinco, seis e assim sucessivamente. Quando apareciam esses homens fazíamos os seus processos e canalizávamos-os aos seus distritos de origem. Chamávamos o respectivo administrador e explicávamos que devia dar tarefas aos seus elementos nas respectivas aldeias comunais e apresentá-los à população local. Quando perguntássemos às populações porque estavam a voltar, respondiam que os «chefes» lhes tinham dito: «nós vamos a uma reunião na África do Sul, vocês podem ir à Frelimo, nós vamos receber a independência na África do Sul».

Portanto, a maior parte da população que está em Macate faz parte desse grupo. Depois do 3 de Outubro, começaram a aparecer homens que diziam: «nós não tínhamos armas, só vivíamos com os bandidos». É claro, nós sabemos que ninguém pode dizer que tinha arma. Alguns, depois de muitas investigações conseguem ir buscar a arma, outros não o fazem. Mas fazemos um trabalho de investigação mas nunca os pusemos na cadeia. Não, nunca fizemos isso!

P. — Mas continua a haver fcr-necimento de material?

R. — Do inimigo?

P. — Sim!

R. — Há poucos dias, se a memória não me falha, a semana passada, informações que recebemos das camaradas da Defesa que operam na zona de Hondo, diziam que tinham notado um avião que sobrevoou uma montanha daquela zona, e que depois disso acendeu as luzes e foi-se embora. Isso foi há poucos dias, nos princípios deste mês (Novembro). Não se concretizou se o avião vinha deixar material, mantimentos ou alguns elementos dos bandidos. Suspeitamos por é m, que ele vinha deixar material de guerra, porque dois dias depois, uma das nossas viaturas pisou uma mina. Significa que até aquela altura os bandidos não tinham minas mas conseguiram tê-las a partir desse dia. □